



Índice

- 01** Justiça dá 24h para que Funai e União convençam índios a deixar Belo Monte
- 02** Planalto tem relação tensa com índios que invadiram Belo Monte
- 03** Índios que ocupam Belo Monte dizem estar cansados de esperar governo para negociar
- 04** Ministra pede mapa de áreas invadidas por índios em MS
- 05** Funai perde autonomia em MS para demarcação de terras indígenas
- 06** Povos Indígenas do Parque do Xingu participam de oficina sobre a Convenção 169 da OIT e o direito de consulta
- 07** MPF/AC vai realizar audiência pública para discutir saúde indígena em Feijó
- 08** Vereador indígena afirma que Funai desconhece realidade das aldeias de MS
- 09** Carta indígena ao governo brasileiro
- 10** RO: militares destroem pista clandestina em terra indígena
- 11** Alunos indígenas recebem bicicleta do programa federal Caminho da Escola
- 12** Em Brasília, Deputados Estaduais buscam solução para a questão Indígena



Justiça dá 24h para que Funai e União convençam índios a deixar Belo Monte
SÍTIO PORTAL UOL, 28.05.2013

A pedido da Norte Energia, a Justiça Federal concedeu um prazo de 24 horas para que a Funai (Fundação Nacional do Índio) providencie a saída pacífica e voluntária do grupo de índios munduruku que, desde a madrugada de ontem (27), ocupa um dos três canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

Caso os índios não deixem o local até o fim do prazo, o juiz autorizou que um mandado de reintegração de posse seja expedido e que um oficial de Justiça tome as medidas necessárias para que a área seja devolvida à empresa, empregando, se necessário, a força policial, mas "observando as cautelas e garantias legais e constitucionais". A decisão prevê multa diária de R\$ 50 mil, a serem pagos pelos participantes da ocupação e pela Funai, em caso de descumprimento da decisão.

Após analisar a petição protocolada pela Norte Energia, o juiz federal Sérgio Wolney de Oliveira Guedes, da subseção judiciária de Altamira (PA), também determina que a União seja intimada a adotar as medidas possíveis e necessárias para obter, no mesmo prazo de 24 horas, uma desocupação pacífica e voluntária que evite o uso da força policial.

O magistrado também determinou que a Polícia Federal apure a possível participação de não índios, inclusive de membros de organizações, e se a ocupação configura um crime, pois, no início do mês, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) já havia concedido uma liminar de reintegração de posse que pôs fim a uma ocupação de oito dias no mesmo canteiro de obras.

As duas ocupações este mês fazem parte de uma série de manifestações indígenas e trabalhistas que, desde o início das obras de construção da usina, em junho de 2011, provocaram um total de 92 dias de serviços paralisados, de acordo com o Consórcio Construtor Belo Monte.

Embora não tenham apresentado reivindicações à Norte Energia ou ao Consórcio Construtor Belo Monte, os índios mundurukus disseram, nas duas ocupações deste mês, que querem a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

Aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de junho de 2002, na forma do Decreto 143 e promulgada pela Presidência da República em 19 de abril de 2004, a Convenção 169 estabelece, entre outras medidas, que os povos indígenas e os que são regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes e tradições ou por legislação especial, sejam consultados sempre que medidas legislativas ou administrativas afetarem seus interesses.

Procurada, a Funai informou que recebeu a notificação da Justiça e encaminhou para o local o procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada. Junto com representantes do órgão em Altamira, o procurador-chefe vai tentar uma negociação pacífica para o caso.



Planalto tem relação tensa com índios que invadiram Belo Monte

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 28.05.2013

Protagonistas da segunda invasão em menos de um mês às obras da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA), índios mundurucu se tornaram uma espécie de inimigo do governo federal em relação à questão indígena.

"Queremos que a Dilma venha falar conosco", afirma nota divulgada por cerca de 140 mundurucus que, segundo a Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, invadiram um dos canteiros da obra na segunda-feira (27).

A pauta de reivindicações dos índios é a mesma do protesto do começo de maio, quando mantiveram um canteiro da usina invadido por uma semana: suspensão de todos os estudos e construções de barragens no país que impactem terras indígenas e a regulamentação da consulta prévia a índios nesses casos.

Na ocasião, os mundurucu, que haviam partido para o protesto desde Jacareacanga (PA), a cerca de 800 km de Belo Monte, exigiram a presença no local do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral).

Carvalho não apareceu e o governo respondeu com a nota mais dura já endereçada a uma etnia indígena nos governos do PT. Qualificou os envolvidos no protesto como desonestos, mentirosos e criminosos, e sugeriu que a manifestação estivesse ligada ao combate, pelo Planalto, ao garimpo ilegal em terras de influência mundurucu.

"Na verdade, alguns mundurucu não querem nenhum empreendimento em sua região porque estão envolvidos com o garimpo ilegal de ouro no Tapajós e afluentes. Um dos principais porta-vozes dos invasores em Belo Monte é proprietário de seis balsas de garimpo ilegal", dizia a nota da pasta de Carvalho.

Os índios mundurucu começaram a ter contato com o homem branco apenas no século 18. Segundo estudo do ISA (Instituto Socioambiental), um dos traços da cultura da etnia era a forma de ataque aos inimigos: cortavam as cabeças de prisioneiros e as exibiam como troféus.

Quase dizimados por seringueiros, garimpeiros e epidemias de sarampo, os mundurucu deixaram esses rituais influenciados por missionários. Hoje são 13,1 mil habitantes, distribuídos por reservas no sudeste do Pará, leste do Amazonas e oeste de Mato Grosso. Sobrevivem da agricultura, do programa Bolsa Família e da exploração artesanal de ouro.

CONFRONTO E MORTE

Em novembro do ano passado, a Polícia Federal deflagrou uma operação contra o garimpo ilegal na região do rio Teles Pires, entre Mato Grosso e Pará, área de influência mundurucu. Houve confronto e um índio mundurucu acabou morto --a PF disse que revidava a uma "emboscada" dos índios.

CONT.

PLANALTO X MUNDURUCU

Cronologia da escalada do conflito

Dezembro de 2011

>O Planalto anuncia a construção das hidrelétricas nas bacias do Tapajós e Teles Pires. Os mundurucu divulgam manifestos contra as obras

Novembro de 2012

>A PF faz operação para fechar o garimpo na Terra Indígena Munduruku

Adonias Kaba/Divulgação



>Morre o índio Adenilson Kirixi Munduruku
Começam os protestos

Janeiro de 2013

>Em assembleia, os mundurucu denunciam que a morte do índio está impune

Março de 2013

>Depois de encontros em Brasília e, em Jacareacanga (PA), os índios passam a exigir reuniões nas aldeias. Devido o clima tenso, o governo recusa

Março/Abril de 2013

>Começam as pesquisas ambientais para a construção de usina do complexo do Tapajós. Os índios reclamam da presença da Força Nacional de Segurança

Abril de 2013

>Os mundurucu participam de invasões na Câmara Federal contra mudanças no processo de demarcação de terras indígenas

>Os índios não comparecem em reunião com representantes do governo em Jacareacanga.
>Caciques e guerreiros queimam documentos do governo federal sobre a consulta dos projetos das hidrelétricas

Maio de 2013

>Protestos na usina de Belo Monte



Segundo a PF, dois índios mundurucu recebiam pagamentos em dinheiro, ouro e combustível para autorizar a garimpagem nas terras indígenas, o que os índios negam.

Outros dois casos acirraram os ânimos dos mundurucu em relação ao Planalto: o início, em março este ano, dos estudos ambientais para construção de usinas hidrelétricas no rio Tapajós e a intenção do governo de reduzir as atribuições da Funai (Fundação Nacional do Índio) nos processos de demarcação de terras indígenas.

Obra prioritária para o Planalto e que atrai atenções por todo o mundo pela dimensão e potencial de conflito, Belo Monte se tornou agora o alvo preferencial dos mundurucu para protestos.

CONT.



"Nós ocupamos de novo no seu canteiro --e quantas vezes será preciso fazer isso até que a sua própria lei seja cumprida? [...] Quantas balas de borracha, bombas e sprays de pimenta vocês pretendem gastar até que assumam que estão errados? Ou vocês vão assassinar de novo? Quantos índios mais vocês vão matar além de nosso parente Adenilson Munduruku, da aldeia Teles Pires, simplesmente porque não queremos barragem? E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos. Queremos que a Dilma venha falar conosco", diz a nota divulgada pelos índios nesta segunda (27).

A Secretaria-Geral da Presidência da República já afirmou que mantém a disposição ao diálogo com os mundurucu. "A perspectiva que defendemos é de ampliar não só o direito de consulta, mas a participação dos indígenas nos debates sobre o modelo energético do Brasil", afirma.

A Norte Energia, responsável pela construção e operação de Belo Monte, informou que irá usar "todos os recursos legais" para desocupar a área invadida, e os responsáveis pelo ato "estão passíveis de serem responsabilizados civil e criminalmente pela nova invasão".

Índios que ocupam Belo Monte dizem estar cansados de esperar governo para negociar

SÍTIO PORTAL EBC, 28.05.2013



O principal objetivo dos índios é a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais seja regulamentado (Elza Fiúza/ABr)

Brasília – Em uma carta divulgada no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e atribuída à lideranças indígenas munduruku, xipaya, kayapó, arara e tupinambá, o grupo que desde a madrugada de ontem (27) ocupa um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, diz estar cansado de “esperar e chamar” representantes do governo federal para negociar.

“O governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu”, declaram os autores

do texto, se referindo à ocupação do canteiro Sítio Belo Monte, no início do mês.

“Queremos a suspensão dos estudos e da construção das barragens que inundam os nossos territórios, que cortam a floresta no meio, que matam os peixes e espantam os animais, que abrem o rio e a terra para a mineração devoradora. Que trazem mais empresas, mais madeireiros, mais conflitos, mais prostituição, mais drogas, mais doenças, mais violência”, menciona o documento. “Exigimos sermos consultados previamente sobre essas construções, porque é um direito nosso garantido pela Constituição e por tratados internacionais. Isso não foi feito aqui em Belo Monte, não foi feito em Teles Pires e não está sendo feito no Tapajós”.

O principal objetivo dos índios é a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

Divulgada antes do anúncio da Justiça Federal, que, esta tarde, concedeu um prazo de 24 horas para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União providenciem a saída pacífica e voluntária do grupo de índios do canteiro de obras, o texto cobra que o governo federal não envie a Força Nacional para “negociar”.

“Queremos que a [presidenta] Dilma [Rousseff] venha falar conosco [...] Ocupamos de novo o seu canteiro. Quantas vezes será preciso fazermos isso até que a sua própria lei seja cumprida?”, questionam os autores do texto. Desde ontem a Agência Brasil tenta, sem sucesso, contactar, por telefone, lideranças mundurukus que, segundo informações de representantes da etnia, estão no canteiro, com o grupo de manifestantes.



Ministra pede mapa de áreas invadidas por índios em MS

SÍTIO A GAZETA NEWS, 29.05.2013

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pediu nesta terça-feira (28/5), a representantes do setor produtivo de Mato Grosso do Sul, um mapeamento das propriedades rurais invadidas por índios no Estado e das áreas produtivas ameaçadas de ocupação por estes grupos. O objetivo é avaliar a possibilidade de suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas na região, além da participação de outros órgãos públicos na elaboração de estudos para a delimitação de áreas que poderão ser ocupadas por comunidades indígenas e os locais de produção agropecuária.

A informação foi dada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Eduardo Riedel, após audiência da ministra Gleisi Hoffmann e representantes do Governo com lideranças rurais e parlamentares sul-mato-grossenses. Participaram da reunião a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, e os ministros Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário). A reunião teve a presença maciça dos parlamentares, com dezoito deputados estaduais, os oito deputados da bancada federal e os três senadores sul-mato-grossenses, além da vice-governadora, Simone Tebet.

No encontro, Riedel e outras lideranças agropecuárias entregaram aos ministros uma carta, assinada por oito entidades do setor produtivo do Estado, pedindo urgência na suspensão do processo de demarcação, diante do acirramento dos conflitos em Mato Grosso do Sul, que já resultou na invasão a 63 propriedades rurais, promovidas por grupos indígenas. Além de defender que não seja feita qualquer demarcação antes do julgamento dos embargos declaratórios do caso Raposa Serra do Sol, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pedem que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), também sejam ouvidos na elaboração de estudos para a delimitação de áreas passíveis de demarcação no futuro. Atualmente, este processo é conduzido exclusivamente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

“Em regiões de conflito, não pode haver a unilateralidade de ação da FUNAI, pois a avaliação de outras instituições públicas pode ser importante neste processo. Iremos encaminhar o mapeamento e esperamos uma solução o quanto antes”, disse Riedel. Segundo o presidente da Famasul e vice-presidente da CNA, uma das regiões de Mato Grosso do Sul onde há estudos de demarcação em andamento representa cerca de 62% da produção agropecuária do Estado. “Há estudos em andamento também em outras áreas do Estado, o que poderá afetar ainda mais a produção”, completou.

Para o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), a situação dos produtores sul-mato-grossenses é de desespero, podendo acarretar graves consequências à produção agropecuária. A vice-governadora do Estado, Simone Tebet, informou que o Governo Federal também pediu

CONT.



documentos adicionais sobre a situação fundiária em Mato Grosso do Sul para poder avaliar o problema com mais precisão. Já o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso Sul, Jerson Domingos, acompanhado por uma comitiva de 20 deputados estaduais, defendeu a reintegração de posse das terras produtivas invadidas por grupos indígenas, pois possuem titularidade legítima há mais de 50 anos. Francisco Maia, presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrisul), cobrou o cumprimento das decisões judiciais para a reintegração de posse das áreas produtivas ocupadas, para que os produtores possam retomar suas atividades.



Funai perde autonomia em MS para demarcação de terras indígenas

SÍTIO G1, 28.05.2013

*Decisão foi tomada durante reunião entre ministra e comitiva.
Gleisi Hoffmann pediu mapeamento de propriedades ocupadas.*

A Fundação Nacional do Índio (Funai) perdeu autonomia para demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Decisão foi tomada durante reunião, na tarde desta terça-feira (28), em Brasília, entre a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, parlamentares sul-mato-grossenses e produtores rurais.

Segundo o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), os outros órgãos que deverão ser envolvidos no processo são: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Durante a reunião, a ministra pediu mapeamento de propriedades rurais ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul. Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do estado (Famasul), são 63 áreas ocupadas.

O objetivo da comitiva sul-mato-grossense em Brasília era pedir a suspensão das demarcações de terras pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "São áreas legítimas, com títulos centenários, e que a Funai está demarcando sem chance de haver avaliação de outras instituições", afirmou o presidente da (Famasul), Eduardo Riedel.

Foram mais de duas horas de discussões com ministros e secretários, mas o desfecho não agradou. Os membros da comitiva esperavam que as negociações avançassem, mas alguma decisão só será tomada após análise de novos relatórios que devem ser encaminhadas pelos produtores rurais ao governo federal.

A bancada também alertou o Planalto sobre o não cumprimento de reintegração de posse – como na fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande – e reivindicou a indenização dos proprietários que perderem as terras.



Povos Indígenas do Parque do Xingu participam de oficina sobre a Convenção 169 da OIT e o direito de consulta

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 28.05.2013

Cerca de 50 lideranças da Terra Indígena Parque do Xingu (MT) participaram nos dias 25 e 26 de maio da oficina de formação sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o direito de consulta. O evento aconteceu no Parque do Xingu, (região do baixo Xingu, Polo Diauarum) com representantes dos povos Nafukuá, Waurá, Kalapalo, Kayabi, Ikpeng, Trumai, Mehinako, Kuikuru, Yudjá e Kisêdjê. A oficina foi uma



iniciativa da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) e do Instituto Socioambiental (ISA) com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Foram debatidos os preceitos da Convenção 169 em relação ao direito a identidade, territorialidade e a vida comunitária, tendo como foco central o direito a participação e a consulta sobre atos administrativos e legislativos que possam afetar os povos indígenas. Além disso, teve destaque o diálogo sobre o processo de regulamentação dos mecanismos de consulta previstos na Convenção 169, coordenado pela SG-PR e Ministério de Relações Exteriores. Representantes do governo federal, de indígenas e da sociedade civil presentes na oficina discutiram sobre a aplicabilidade da Convenção 169, suas diretrizes e os procedimentos adequados para a realização de um processo de consulta que respeite a Convenção da OIT e a Constituição Federal.

Makupá Kayabi, professor indígena do baixo Xingu, afirmou que a formação sobre a Convenção 169 da OIT foi uma demanda apresentada ao governo federal para possibilitar que as comunidades conheçam melhor seus direitos e saibam como deve ser organizado um processo de consulta. Winti Kisêdjê, coordenador da ATIX, afirmou que, para além do processo de consulta entre governo federal e comunidades indígenas, é importante que as lideranças realizem consultas internas no Xingu, para que as posições defendidas pelas lideranças reflitam as opiniões de todos os indígenas do Parque. Os participantes se mostraram preocupados com relação a possíveis empreendimentos no entorno do Parque e solicitaram que o governo federal garanta a participação e a consulta sobre todos os atos administrativos que possam impactar a região.

Paulo Maldos, secretário nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou que as lideranças indígenas demonstram a preocupação dos presentes com a preservação do Parque e também de seu entorno. Isto, segundo o secretário, reforça a importância de avançar em medidas de proteção ambiental da região e também no diálogo com os indígenas do Xingu.

Parque do Xingu

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 091 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2013.

A Terra Indígena Parque do Xingu foi criada em 1961 com área aproximada de 2.800. 000 hectares, incluindo as Terras Indígenas Batovi e Wawi e está situado ao Norte do estado de Mato Grosso, numa zona de transição entre o Planalto Central e a Floresta Amazônica. Atualmente vivem no Parque dezesseis povos indígenas, no total de cerca de seis mil indígenas, falantes de línguas dos três troncos linguísticos brasileiros. É considerado um dos principais mosaicos culturais do país



MPF/AC vai realizar audiência pública para discutir saúde indígena em Feijó
SÍTIO ORIOBRANCO.NET, 28.05.2013

Evento vai discutir os desafios da questão com lideranças indígenas, comunidade e gestores



A audiência pública será conduzida pelo procurador da República no Município de Cruzeiro do Sul

O Ministério Público Federal no Acre (MPF/AC) realiza, no próximo dia 12 de junho, em Feijó, uma audiência pública para discutir o atendimento de saúde dispensado aos indígenas naquele Município.

A reunião terá como convidados, além da comunidade local e das lideranças indígenas, gestores responsáveis pelos órgãos que tratam da temática indígena como Funai, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Distrito Sanitário Especial Indígena e outros que tenham interesse em participar do evento, que é aberto ao público.

A audiência pública será conduzida pelo procurador da República no Município de Cruzeiro do Sul, Ricardo Alexandre Lagos, e pelo procurador Pedro Henrique Kenne, que é o representante da câmara temática do MPF que trata de questões indígenas (6ª Câmara de Coordenação e Revisão).

O evento ocorrerá a partir das 8h da manhã do dia 12, na sede da Câmara dos Vereadores de Feijó, situada à Av. Marechal Deodoro, n.º 3366, bairro Centro.

Vereador indígena afirma que Funai desconhece realidade das aldeias de MS
SÍTIO RURALCENTRO, 28.05.2013



Em audiência pública, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o vereador indígena de Dourados, Aguilera de Souza (PSDC), de etnia Guarani Nhandeva, afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) desconhece a real situação das aldeias do Estado. "A Funai está distante da realidade do povo indígena", declarou Souza, remetendo a responsabilidade do conflito entre indígenas e produtores rurais ao Governo Federal. A audiência ocorreu nessa segunda-feira (27) e resultou em um documento que será entregue ao vice-presidente da República, Michel Temer, à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, nesta terça-feira (28).

Durante o discurso, Souza alegou que a necessidade da população indígena de Dourados diz respeito à educação e assistência social. "Os caciques tradicionais acham que a Funai salvará a Pátria, enquanto que indígenas precisam de estrutura, escolas e creches", afirmou. O dirigente disse ainda que está atuando no sentido de construir uma visão política diferente sobre os indígenas no ambiente acadêmico e defendeu a atuação conjunta de ambos os lados envolvidos no conflito. "A mídia joga índios contra produtores", acusou.

Produtores rurais da região de Bonito, Iguatemi, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Amambai e Antonio João participaram da audiência e narraram a atuação da Funai e a violência de invasões de terras numerando prejuízos econômicos e sociais. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, enfatizou que a instituição sempre atuou pela Justiça e nela confia, mas que a situação já foi "longe demais". "Nós somos pessoas de bem e não buscamos o conflito. Mas vamos defender o que é nosso", pontuou Riedel.

CONT.



De acordo com o deputado estadual Zé Teixeira (Dem), a insegurança que a população rural do Estado vive atualmente pode se expandir se não houver maior mobilização. "Caso não haja o engajamento dos produtores e do restante da população, as demarcações em breve chegarão à zona urbana", ressaltou Teixeira, citando como exemplo a demarcação realizada às margens da Rodoanel Mário Covas, na grande São Paulo.

Um dos pontos altos da audiência foi o depoimento do presidente da Associação dos Produtores de Suiá Missu (Aprossu), Sebastião Prado, detalhando a retirada de mais de sete mil pessoas da região em Mato Grosso, para que índios Xavantes tomassem posse da área. "Passei de produtor rural a indigente social. A prova de que terra não resolve o problema está no caso Raposa Serra do Sol (Roraima), onde índios expropriaram produtores e hoje passam fome", enfatizou. Prado relatou que as sete mil pessoas retiradas de Suiá Missu estão jogadas ao vento. "Vi oito pessoas se suicidarem e 35% dos casais se separaram depois do despejo", afirmou.

Propositora da audiência, a deputada Mara Caseiro defendeu a responsabilização criminal do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pela morte do produtor rural Arnaldo Alves Ferreria, assassinado indígenas no dia 12 abril em Douradina. O vídeo mostrando o produtor sendo torturado pelos indígenas antes de morrer foi exibido na assembléia. Ao final, parlamentares e produtores acordaram termos do documento que será apresentado nesta terça-feira (28), em reunião com o vice-presidente, Michel Temer. O documento defende entre outras coisas uma CPI para a Funai, suspensão imediata das demarcações, julgamento dos embargos declaratórios relativos ao caso Raposa Serra do Sol, aprovação da PEC 215 - que transfere ao Legislativo a competência pelas demarcações - e a revalidação da Portaria 303, da AGU, com 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol.

Além dos deputados estaduais, compuseram a mesa principal da audiência pública o presidente do Sistema Famasul, Eduardo Riedel, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), Júlio César Rodrigues; o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde; o coordenador da Comissão de Assuntos Fundiários da Famasul e vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja/MS), Cristiano Bortolotto; o presidente da Aprossul, Sebastião Prado; o presidente da Associação dos Criadores de MS (Acrissul), Francisco Maia e o vereador de Dourados, Aguilera Souza.



Carta indígena ao governo brasileiro

SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 28.05.2013

"Hoje excepcionalmente não escrevi o editorial, mas apresento a carta dos indígenas ocupantes pela segunda vez à construção de Belo Monte, liderados pelos Munduruku do tapajós".

"Nós somos indígenas Munduruku, Xipaya, Kayapó, Arara e Tupinambá. Nós vivemos do rio e da floresta e somos contra destruírem os dois. Vocês já nos conhecem, mas agora somos mais.

O seu governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio.

Esperar e chamar não servem para nada. Então nós ocupamos mais uma vez o seu canteiro de obras. Não queríamos estar de volta no seu deserto de buracos e concreto. Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra.

Nós queremos a suspensão dos estudos e da construção das barragens que inundam os nossos territórios, que cortam a floresta no meio, que matam os peixes e espantam os animais, que abrem o rio e a terra para a mineração devoradora. Que trazem mais empresas, mais madeireiros, mais conflitos, mais prostituição, mais drogas, mais doenças, mais violência.

Nós exigimos sermos consultados previamente sobre essas construções, porque é um direito nosso garantido pela Constituição e por tratados internacionais. Isso não foi feito aqui em Belo Monte, não foi feito em Teles Pires e não está sendo feito no Tapajós. Não é possível que todos vocês vão continuar repetindo que nós indígenas fomos consultados. Todo mundo sabe que isso não é verdade.

A partir de agora o governo tem que parar de dizer mentiras em notas e entrevistas. E de nos tratar como crianças, ingênuas, tuteladas, irresponsáveis e manipuladas. Nós somos nós e o governo precisa lidar com isso. E não minta para a imprensa que estamos brigando com os trabalhadores: eles são solidários a nossa causa! Nós escrevemos uma carta para eles ontem! Aqui no canteiro nós jogamos bola juntos todos os dias. Quando saímos da outra vez, uma trabalhadora a quem demos muitos colares e pulseiras nos disse: "eu vou sentir saudades".

Nós temos o apoio de muitos parentes nessa luta. Temos o apoio dos indígenas de todo o Xingu. Temos o apoio dos Kayapó. Nós temos o apoio dos Tupinambá. Dos Guajajara. Dos Apinajé, dos Xerente, dos Krahô, Tapuia, Karajá-Xambioá, Krahô-Kanela, Avá-Canoero, Javaé, Kanela do Tocantins e Guarani. E a lista está crescendo. Temos o apoio de toda a sociedade nacional e internacional e isso também incomoda bastante a vocês, que estão sozinhos com seus financiadores de campanha e empresas interessadas em crateras e dinheiro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 091 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2013.

Nós ocupamos de novo no seu canteiro – e quantas vezes será preciso fazer isso até que a sua própria lei seja cumprida? Quantos interditos proibitórios, multas e reintegrações de posse vão custar até que nós sejamos ouvidos? Quantas balas de borracha, bombas e sprays de pimenta vocês pretendem gastar até que vocês assumam que estão errados? Ou vocês vão assassinar de novo? Quantos índios mais vocês vão matar além de nosso parente Adenilson Munduruku, da aldeia Teles Pires, simplesmente porque não queremos barragem?

E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos. Queremos que a Dilma venha falar conosco”.

Canteiro de obras Belo Monte, Altamira, 27 de maio de 2013.



RO: militares destroem pista clandestina em terra indígena

SÍTIO TERRA, 28.05.2013

Agentes da Operação Ágata 7 destruíram nesta terça-feira uma pista clandestina usada para garimpo ilegal em terra indígena yanomami, no município de Cachoeira Xiriana (RO), próximo à fronteira com a Venezuela.

Segundo o Ministério da Defesa, a Operação Ágata 7 está atuando em toda área de fronteira do País, envolvendo mais de 33 mil militares e agentes das polícias federal, rodoviária, estaduais e municipais. O objetivo da ação é reprimir crimes fronteiriços e ambientais, além de ações sociais.

Após 10 dias de operação, foram apreendidos 281 quilos de cocaína, 8 toneladas de explosivos e 2 toneladas de maconha. Agentes apreenderam ainda 40 mil pacotes de cigarros na cidade de Guaíra, no Paraná. A mercadoria estava em um caminhão e foi avaliada em mais de R\$ 1 milhão. A operação ainda prestou atendimento médico a 13.893 pessoas e 30.489 remédios foram entregues.

Nesta segunda-feira, o vice-presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, estiveram em Foz do Iguaçu (PR), onde obtiveram informações sobre a operação.

Durante a visita, Temer explicou que as operações Ágata 7 e Sentinela, que também atua na repressão à criminalidade nas fronteiras, serão contínuas. "Essas ações têm conseguido reduzir os crimes transfronteiriços e, por isso, serão constantes. Os que estão reclamando são aqueles que estão ilegais", disse o vice-presidente.

Alunos indígenas recebem bicicleta do programa federal Caminho da Escola SÍTIO FOLHABV, 28.05.2013

Nesta terça e quarta-feira (28 e 29), estudantes de escolas localizadas em comunidades indígenas nos municípios de Normandia e Cantá receberão bicicletas para auxiliar no deslocamento para a escola. A ação integra o projeto "Caminho para a Escola", um programa do Governo Federal em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Desportos (SEED).



A Secretaria de Educação as distribui bicicletas que facilitarão o acesso dos alunos à escola

Nesta terça-feira (28), serão entregues 282 bicicletas em Normandia, contemplando as comunidades indígenas Providência, Araçá, Escondido, Xumina, Raposa, Napoleão e Guariba. Serão entregues 125 bicicletas pequenas (Aro 20) e 103 grandes (Aro 26).

Já na quarta-feira (29), será a vez dos estudantes da comunidade Canauani no Cantá. Neste município serão entregues 61 bicicletas, sendo 45 pequenas (Aro 20) e 16 grandes (Aro 26).

Todas as bicicletas possuem quites de ferramentas para montagem e desmontagem, bomba de ar, buzina, retrovisor e itens de sinalização. A compra foi efetuada pela SEED por meio da adesão de uma ata de registro de preços do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O investimento foi de R\$ 489 mil.

Outros oitocentos e oitenta e dois alunos de sete comunidades indígenas do município de Uiramutã, também já foram contemplados com as bicicletas. A entrega foi realizada no início do mês passado.

"As bicicletas vão facilitar a ida dos alunos à escola. Quem tinha que caminhar por algumas horas agora poderá fazer o percurso de bicicleta, o que acaba sendo um estímulo para os estudantes e que com certeza irá refletir no processo de ensino aprendizagem", destacou Lenir Rodrigues, secretária de Educação e Desportos.



Em Brasília, Deputados Estaduais buscam solução para a questão Indígena
SÍTIO TRIBUNA MS, 28.05.2013

Como uma retaliação, os Deputados Estaduais não realizam hoje Sessão na Assembléia Legislativa e participarão em Brasília, de duas agendas na tentativa de solucionar de uma vez o grave conflito com os Índios quanto à questão da terra. Ainda semana passada, eles suspenderam as sessões e anunciaram que não votariam nenhum projeto na Casa se o Governo Federal não apresentar uma solução para acabar com o conflito entre índios e produtores rurais.

Agora, os deputados se reunirão com a bancada federal do agronegócio. Já no período da tarde o encontro é com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

O presidente da Assembléia, Jerson Domingos (PMDB), explicou que a caravana tem por objetivo fazer com que o governo se sensibilize e disponibilize recursos para o fundo criado para aquisição de terras e ampliação das aldeias indígenas.

A preocupação é maior porque os deputados analisam que Mato Grosso do Sul está à beira de uma guerra civil. Para resolver o problema, eles defendem uma solução que garanta a indenização aos produtores e o fim do sofrimento indígena.

Antes de partirem para Brasília, os deputados se reuniram com o governador André Puccinelli (PMDB) e com o presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, quando prepararam um documento levado que será entregue nas mãos da ministra.

Os deputados disseram que só votarão os projetos enviados em caráter de urgência pelo governador. A decisão de trancar a pauta e ir a Brasília saiu após manifestação inflamada do proprietário rural Ricardo Bacha na tribuna da Assembléia Legislativa. Ele falou que entende a causa indígena, mas criticou o Governo Federal por não dar uma solução, definindo o clima de tensão como insuportável. "As reivindicações dos indígenas são legítimas, mas precisa parar com essa guerra, senão mais gente vai morrer", afirmou.